

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.410 - SP (2019/0302755-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DAVID FERREIRA LIMA E OUTRO
ADVOGADOS : DAVID FERREIRA LIMA - SP315546
WILLY GUEDES DE OLIVEIRA - SP337968
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VICTOR TEODORO DA SILVA MARTINS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de VICTOR TEODORO DA SILVA MARTINS apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que, em 10/5/2019, foi decretada a prisão temporária do paciente para investigação de suposta prática do crime de latrocínio.

O Ministério Público estadual denunciou o paciente como incurso no art. 121, § 2º, I e III, do Código Penal (e-STJ fls. 462/463). O Magistrado de piso recebeu a denúncia e, na mesma ocasião, decretou a custódia preventiva (e-STJ fls. 490/491).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 515):

Habeas Corpus Homicídio qualificado Pretensa revogação da prisão preventiva Impossibilidade Crime hediondo, praticado por motivo torpe e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima Decisão que decretou a preventiva suficientemente fundamentada Presença dos requisitos autorizadores do art. 312, do CPP Necessidade da custódia cautelar para a garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal Constrangimento ilegal não configurado Ordem denegada no mérito

No presente *writ*, os impetrantes sustentam ausência de fundamentação idônea para a decretação a custódia cautelar, "uma vez que o acórdão não aponta indícios concretos do porque manter o paciente no cárcere se valendo da gravidade em abstrato do crime" (e-STJ fl. 16).

Apontam, também, ausência de contemporaneidade na prisão, "pois o fato imputado ao paciente se deu meses atrás, e até o momento não se tem uma prova

Superior Tribunal de Justiça

segura da autoria" (e-STJ fl. 23).

Por fim, apontam a possibilidade de substituição da custódia preventiva por medidas cautelares, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requerem, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva. Pretendem, outrossim, a fixação de medida cautelar prevista no art. 319, I, do Código de Processo Penal.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

